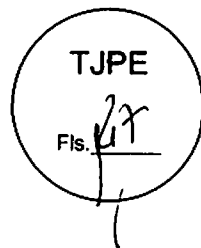




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 6287-42.2012.8.17.1090 (329324-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: EDVALDO ROBERTO DE OLIVEIRA JÚNIOR

EMBARGADA: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO POR INADIMPLÊNCIA DE FATURAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. SENTENÇA QUE RECONHECEU PERÍODO A SER EXCLUÍDO DA COBRANÇA. OMISSÃO DE ANÁLISE DE ARGUMENTO. INALTERABILIDADE DA CONCLUSÃO DO JULGADO. EXISTÊNCIA DE INADIMPLÊNCIA DO EMBARGANTE EM PERÍODO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.

- Omissão do exame do argumento apontado, ao não fazer qualquer espécie de ressalva em relação ao período em que a cobrança (e respectiva inscrição) seria devida.

- Conclusão que não altera o julgado, sendo incapaz de emprestar efeitos infringentes aos aclaratórios, pois, como bem consignado pelo MM. Juiz de piso, "a exclusão da cobrança dessas faturas [ou seja, daquelas compreendidas entre 23/02/2003 e 21/05/2008] não torna indevida a inclusão do nome do Autor nos cadastros de inadimplência do SPC e SERASA; a despeito da restrição do período de cobrança, é evidente que subsiste considerável dívida a ser paga." Inscrição no SERASA referente a mês posterior àquele reconhecido na sentença como não sendo de responsabilidade do Autor (julho de 2008), não havendo como se admitir a existência de danos morais indenizáveis.

- Recurso acolhido sem efeitos infringentes, unicamente para reconhecer a omissão existente no acórdão embargado, esclarecendo que as faturas de fornecimento de água compreendidas entre 23/02/2003 e 21/05/2008 não podem ser objeto de cobrança pela Embargada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

A C Ó R D ã O

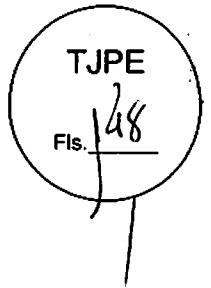
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes, deste órgão fracionário em **ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, sem efeitos infringentes, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o presente julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 6287-42.2012.8.17.1090 (329324-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: EDVALDO ROBERTO DE OLIVEIRA JÚNIOR

EMBARGADA: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos Declaratórios contra aresto proferido por esta Col. Câmara no julgamento da Apelação (fls. 125/127v), o qual, à unanimidade de votos, *negou provimento ao recurso do Embargante/Apelante*. Eis o teor do acórdão embargado, *verbis*:

.....

EMENTA: APELAÇÃO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS RESTRITIVOS EM RAZÃO DO INADIMPLEMENTO DE FATURAS DE CONSUMO DE ÁGUA. RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL. OBRIGAÇÃO "PROPTER REM". COBRANÇA DEVIDA. APELO IMPROVIDO.

- A natureza jurídica da obrigação decorrente de contrato de fornecimento de água e/ou energia elétrica é *propter rem*, estando diretamente vinculada ao imóvel cadastrado como unidade consumidora;

- No âmbito do Estado de Pernambuco, o Decreto 18.251/1994 estabelece, em seu art. 71, a responsabilidade do proprietário do imóvel pelo pagamento das faturas decorrentes dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos;

- Na situação em epígrafe, o Apelante admitiu ser o proprietário do bem, recaiando sobre ele, portanto, a responsabilidade pelo pagamento das faturas de consumo de água, independentemente do período em que o serviço tiver sido prestado;

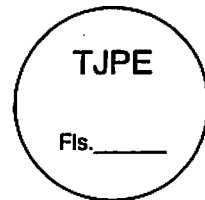
- Reconhecido o débito e a responsabilidade do Apelante, afigura-se devida a inserção do seu nome nos cadastros de inadimplentes, inexistindo dano moral ou material;

- Improvimento do recurso.

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Nos presentes aclaratórios (fls. 133/141), o Embargante alega omissão no acórdão, pois não teria examinado "a matéria trazida à baila pelo Autor, ora Embargante, qual seja, houve a cobrança indevida pela parte Embargada além de incluir o nome do Embargante no cadastro de devedores, sem ao menos reconhecer que houve cobranças indevidas e em anos em que o Embargante não estava nem residindo no local."

Aduz, por tal motivo, a necessidade de reconhecimento dos danos morais pleiteados, pois a sentença teria admitido a cobrança indevida no período de 23.02.2003 a 21.05.2008.

Pugna, destarte, sejam acolhidos os aclaratórios, com o prequestionamento da matéria suscitada, e fixação dos limites do acórdão, no que diz respeito ao período objeto da cobrança.

É o relatório, no essencial.

Dispensado de inclusão em pauta, nos termos do art. 85, "d", do RITJPE.

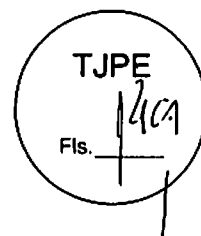
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 6287-42.2012.8.17.1090 (329324-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: EDVALDO ROBERTO DE OLIVEIRA JÚNIOR

EMBARGADA: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

V O T O

A ação originária foi ajuizada pelo ora Embargante com o fito de condenar a parte adversa ao pagamento de indenização por danos morais, sob a alegação de que não seria responsável pelo débito acumulado de faturas de fornecimento de água no período de janeiro de 2003 a outubro de 2011 – com a consequente inscrição nos órgãos de restrição de crédito –, pois não teria firmado contrato com a Ré/Embargada.

Apesar de rejeitar os pedidos da inicial, o i. Juiz a quo consignou na sentença que a COMPESA não poderia “exigir do autor o pagamento das faturas não adimplidas e vencidas de 23/02/2003 a 21/05/2008”, pois somente a partir de 26/05/2008 a relação contratual teria sido admitida e comprovada pela Embargada, de acordo com o documento de fls. 45.

De acordo com o Recorrente, tal fato seria suficiente para o reconhecimento dos danos morais rejeitados na sentença e no acórdão ora recorrido, aspecto que não teria sido analisado e, consequentemente, gerador de omissão apta ao acolhimento dos presentes Embargos de Declaração.

1 C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

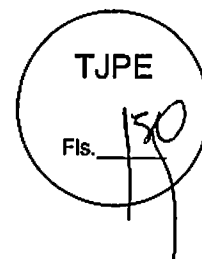
No aresto recorrido, restou consignado que "a natureza jurídica da obrigação decorrente do contrato de fornecimento de água e/ou energia elétrica é 'propter rem', estando diretamente vinculada ao imóvel cadastrado como unidade consumidora" (fls. 126), e que "o documento de fls. 45 - colacionado pela Apelada em sua contestação e não impugnado na réplica - aponta o Apelante como proprietário do bem, daí resultando sua responsabilidade pelo pagamento das faturas de consumo de água, independentemente do período em que tiver sido medido o consumo (fls. 127v).

Assim, é de se reconhecer assistir razão ao Embargante unicamente no que diz respeito à omissão do exame do argumento apontado, pois ao não fazer qualquer espécie de ressalva em relação ao período em que a cobrança (e respectiva inscrição) seria devida, o acórdão embargado pode levar à interpretação de que estaria incorrendo em *reformatio in pejus*. Isto porque, apesar da ausência de recurso da COMPESA, estaria, nesse caso, admitindo a possibilidade de cobrança de débito maior do que aquele reconhecido na instância de origem.

Todavia, tal conclusão não altera o julgado, sendo incapaz de emprestar efeitos infringentes aos aclaratórios, pois, como bem consignado pelo MM. Juiz de piso, "a exclusão da cobrança dessas faturas [ou seja, daquelas compreendidas entre 23/02/2003 e 21/05/2008] não torna indevida a inclusão do nome do Autor nos cadastros de inadimplência do SPC e SERASA; a despeito da restrição do período de cobrança, é evidente que subsiste considerável dívida a ser paga." (fls. 90/91).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Por tal motivo, considerando que a inscrição no SERASA (fls. 14) é referente a mês posterior àquele reconhecido na sentença como não sendo de responsabilidade do Autor (julho de 2008), não há como se admitir a existência de danos morais indenizáveis.

Isto posto, **ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, sem efeitos infringentes, unicamente para reconhecer a omissão existente no acórdão embargado, esclarecendo que as faturas de fornecimento de água compreendidas entre 23/02/2003 e 21/05/2008 não podem ser objeto de cobrança pela Embargada.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator